

O PCB e as Lutas no Campo: as formulações políticas sobre o sujeito e o programa comunista para questão agrária (1950 - 1964)¹

Leonardo César de Albuquerque²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os diagnósticos e os programas políticos construídos pelos comunistas ao longo das décadas de 1950 e 1960 sobre a Questão Agrária brasileira. A abordagem proposta visa inserir as polêmicas que constituíram a temática no interior dos círculos comunistas como elemento central das contradições que se desenvolveram no seio do PCB desse período. Inserida nos debates sobre a questão estratégica geral, mas com profundidade própria, a temática da questão agrária, tendo seu foco nas reflexões sobre o sujeito revolucionário rural e a qualidade da etapa da revolução e suas tarefas para o campo, constitui elemento rico de debates e polêmicas em meio à trajetória comunista que se acumulou em meio a esse período.

Palavras-Chave: PCB, Reforma Agrária, Campesinato.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the diagnoses and political programs built by the Communists throughout the 1950s and 1960s on the Brazilian Agrarian Question. The proposed approach aims at inserting the polemic that constituted the thematic within the communist circles as a central element of the contradictions that developed within the PCB of that period. Inserted in the debates on the general strategic question, but with its own depth, the theme of the agrarian question, with its focus on the reflections on the rural revolutionary subject and the quality of the stage of the revolution and its tasks for the countryside, is a rich element of debates and in the middle of the communist trajectory that accumulated in the middle of this period.

Keywords: BCP, Agrarian Reform, Peasantry.

¹ Texto originalmente apresentado e enviado para publicação em Anais da XII Semana de História Política da UERJ/ IX Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade;

² Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e bolsista de mestrado do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do CPDA/UFRRJ pelo CNPq;

Introdução

O Partido Comunista do Brasil (PCB)³ foi um dos principais atores políticos da história de nosso país. Marcadamente, no interregno democrático pelo qual viveu o país no período que se estende dos anos de 1945 até 1964, o PCB constituiu-se como ator protagonista na formulação e organização dos setores de esquerda e de amplos setores da sociedade. Buscar refletir sobre esse período, como nos afirma Brandão (1997), encontra perspectiva central de compreensão da dinâmica política através da análise que privilegie o Partido Comunista, como principal tendência da miríade que compunha a esquerda pré-1964, e partir de suas elucubrações teórico-políticas para em círculos concêntricos traçar um retrato da fisionomia político-intelectual que se conformou no período em questão.

No entanto, fazem-se necessárias algumas considerações preliminares. Diversamente a como se constrói uma narrativa oficial de um partido sobre si, o interessado em compreender os processos políticos e os esforços formulativos de um partido político deve tomar precauções por evitar tendências comuns de descontextualizar ou aplainar as contradições presentes nos processos enquanto ocorrem. Compreender as formulações políticas dos comunistas brasileiros é compreender a dinâmica de disputas que se operavam no seu interior e as soluções que se produziam, nunca perdendo de vista a ação dos agentes sociais que se inseriam no contexto, tanto interno no partido como externos, além das mudanças conjunturais que se produziram ao longo do tempo.

Nesse sentido, Brandão nos traz contribuição teórica interessante a ser considerada. Afirma que a característica mais marcante, na formação do PCB enquanto partido político, tenha sido sua condição de ilegalidade. Essa condição constituiu barreira para a constituição de uma consciência e identidade políticas completas das classes subalternas no país, visto que a ilegalidade do partido comunista era em si uma forma de ilegalidade da conformação de um partido declaradamente classista.

³ O nome de Partido Comunista do Brasil (PCB) será usado pelo partido até o ano de 1961, quando esse, através de uma mudança estatutária altera seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa mudança tinha por objetivo a reconquista de seu registro eleitoral, que fora cassado em 1946, sob alegação de não ser um partido nacional. Seu antigo nome fora recuperado pelo grupo dissidente que saiu do PCB para fundar o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

“Ora, por maior que fosse a influência do PC nesta ou naquela conjuntura, a inexistência de um partido operário legal na arena política tornava ostensivamente lento e difícil o processo de formação de uma consciência política de classe, pela simples e boa razão de que nenhum movimento social chega a construir alguma identidade na clandestinidade (...). Tanto no plano do partido como no da classe – situações distintas, mas, no caso, confluentes – a limitação da discussão pública, a impossibilidade de apresentar *em seus próprios nomes* propostas, candidaturas, programas etc., tornava complicada a identificação e a seleção de amigos e inimigos, de objetivos e de interesses” (BRANDÃO, 1997 – pp. 169-170).

A questão da ilegalidade, transformada em problemática teórica, orienta o olhar pelo qual se podem analisar as relações políticas e teóricas pelas quais o PCB se insere no período estudado. A condição de ilegalidade do partido influi na sua relação com as outras forças políticas, classes sociais e com o Estado, como também nas relações internas do Partido, na medida em que essa condição estrutura o planejamento estratégico do partido e manifesta diferentes formas de compreensão de como superar esses limites estruturais pelos diferentes formuladores políticos comunistas.

Os limites evidentes que a ilegalidade do PCB produziu na sua auto-representação no Estado e diante das diversas organizações e das classes, condicionou o PCB a se inserir no cenário político enquanto uma força subalterna frente às forças políticas majoritárias na institucionalidade (BRANDÃO, 1997). O que o converteu num partido *nacional-desenvolvimentista*, na medida em que interpunha ante seu objetivo estratégico revolucionário a crença numa etapa *democrático-nacional*, que teria sua base social construída em aliança com uma *burguesia nacional* e seus partidos (PRESTES, 2015). Objetivando influir no cenário político institucional, a direção política do PCB acaba por ter na construção de superestruturas sindicais um instrumento para se credenciar para intervir nos debates políticos institucionais que estavam postos (SANTANA, 2001).

Tal conjunto de elementos foi o centro das polêmicas que se maturaram no interior do PCB pré-1964. A ilegalidade alimentará no interior do partido, por parte de setores importantes, compreensões “militaristas/ insurrecionais” ou “cívicas/ politicistas” (BRANDÃO, 1997). Mesmo que ambas não cheguem a superar o horizonte estratégico *democrático-nacional* (PRESTES, 2015), elas produziram normativas para a ação política do partido junto às massas de maneira diferenciada e que atravessaram o período. Sendo as tendências “insurrecionais” alimentadas ou por períodos de maior

repressão política nacionalmente ou por influência de revoluções ocorrentes no período; e as tendências “politicistas” pelos momentos de maior liberdade política para sua intervenção política em torno de uma “coalização democrática” mais ampla, que possibilitavam ao partido formular novas concepções (SANTOS, 1991).

A política agrária do PCB esteve, dessa forma, diretamente condicionada pelas questões expostas até aqui. Pelo caráter *democrático-nacional* que assumia seu programa, a *questão agrária* e o *problema camponês* assumiram papel central nas preocupações políticas do partido. A *democracia* passava necessariamente pela resolução da carestia das massas camponesas, maioria da população e por essa razão a construção de uma base sólida de desenvolvimento nacional de maneira autônoma.

Mesmo que já seja possível encontrar em períodos anteriores da segunda metade da década de 1940 menções nos documentos e discursos do PCB e de seus militantes sobre a questão agrária, entendemos que o encontro dos comunistas com o campesinato no Brasil se dá a partir do fim do *Estado Novo* varguista. Sendo atravessado e conformado dessa forma seu trabalho rural por essas disputas e limitações.

Da Curta Legalidade a Radicalização Nacional-Libertadora

O final do *Estado Novo* de Vargas, em 1945, o Partido Comunista lançava-se no cenário político enquanto uma força política fortalecida pela campanha em prol dos direitos trabalhistas e do apoio aos esforços de guerra contra a Alemanha Nazista. Sua estratégia da *União Nacional*, que consistia na política de colaboração dos comunistas com o governo Vargas, objetivando primeiramente a unidade em prol dos esforços de guerra e posteriormente a extinção dos remanescentes fascistas, dera resultados expressivos e consolidara o partido enquanto a primeira experiência de partido de massas da história do país (VINHAS, 1982).

A análise comunista compreendia, e assim será, mais ou menos sem alterações, ao longo de todo o período do interregno democrático de 1945-64, que o problema central do desenvolvimento nacional passava pela concentração de terras e pela miséria do campesinato. Por essa razão, o caráter da etapa revolucionária deveria ser *democrático-burguesa*, dirigida prioritariamente pelo proletariado e seu partido.

A possibilidade da construção de um governo democrático e de uma assembleia constituinte autônoma aparecia aos comunistas como o meio eficaz de promover as mudanças sociais necessárias para a transformação da antiga ordem social. Luiz Carlos Prestes exortava em discurso no São Januário em 1945:

“Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entrega-los ao Estado para que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, de que tanto necessita a nossa indústria” (VINHAS, 1982 – p.104).

A legalidade do partido e a dissolução de todos os dispositivos autoritários do *Estado Novo* se apresentavam em seu discurso como o meio necessário para construir uma *democracia progressiva* e um programa de *União Nacional* (PRESTES, 2010). Seus resultados eleitorais são significativos para a época. No pleito eleitoral de 1945, seu candidato a presidente, Yeddo Fiúza, alcança 10% do eleitorado nacional; elege 14 deputados e um senador constituintes, sendo a quarta bancada da Assembleia Constituinte. Adiante, no pleito de 1947, seus resultados se mantêm em alta, elegendo 64 cadeiras nas assembleias legislativas de quinze estados; conquistando a maior bancada na Câmara Municipal do Distrito Federal, com 18 vereadores, etc. Além de enorme expressão quantitativa, as bancadas comunistas se mostravam muito ativas, como na própria Assembleia Constituinte, em que propôs 180 emendas ao texto constitucional, que em sua maioria foram vetadas pela maioria conservadora dos legisladores (PRESTES, 2015).

A constituinte, longe de desenhar-se com a desejada qualidade *progressiva* da democracia que então surgia, acaba por ser um grande golpe às intenções progressistas e de democratização da sociedade, e subseqüentemente do acesso à terra no país. Luiz Carlos Prestes, eleito senador constituinte em 1946, discursou para o plenário denunciando o aspecto *arcaico* e concentrado na exploração da terra no país e propôs à Assembleia “encontrar solução legal” para “armar constitucionalmente o governo” para resolver esses problemas sociais.

Para tanto, busca introduzir algumas modificações de emendas: primeiramente referente ao direito de propriedade, lhe condicionando de acordo com o “interesse social ou coletivo” ou em prejuízo ao “respeito às liberdades individuais” e o “bem-estar social”; assim como sobre a “fixação do homem do campo”, através do “fracionamento do latifúndio” e da “entrega das terras devolutas” as massas camponesas. (PRESTES, 2005 – pp.26-27). Seu discurso é interrompido com falas dos parlamentares desmotivando-o, afirmando ser o plenário constituinte composto “de uma elite saída das classes beneficiadas pela situação atual” de predomínio do latifúndio.

Mesmo que seus resultados eleitorais fossem significativos, sua organização junto às massas populares que o apoiavam, eram apontadas pelos próprios comunistas como insuficientes para a execução das tarefas democráticas. Como resultado da sua III Conferência Nacional em 1946, definia assim o PC sua relação junto às bases políticas populares:

“Para impulsionar a União Nacional cabe ao Partido intensificar rapidamente sua ligação com as massas. Apesar dos êxitos alcançados nesse terreno, ainda é débil essa ligação. Devemos, portanto, empregar todos os esforços para fazer a União pela base através da mobilização das massas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas ligas camponesas, nas associações diversas, nos bairros e ruas abrangendo o proletariado, os amplos setores do povo, a juventude e as mulheres” (CARONE, 1982 – p. 68).

O trabalho camponês aparecia como uma exigência política concreta dos comunistas. Em fins de 1945, na ocasião do Pleno Ampliado do Comitê Nacional, os comunistas apontavam a necessidade de destacar quadros políticos para o trabalho junto ao campesinato para conformar a *aliança operário-camponesa*, entendida como base de um processo revolucionário (MEDEIROS, 1995). A emergência posta se dava pelas dificuldades que enfrentava junto ao embate contra os setores conservadores, que se conformaram tanto na Assembleia Constituinte como no governo Dutra. O *giro* de militantes urbanos para o trabalho no campo demonstrava essa preocupação da constituição de um trabalho rural “rapidamente”.

Inicialmente constituídas de maneira prudente e sob a perspectiva de evitar confrontos que pudessem vir a prejudicar a *União Nacional*, os comunistas iniciam no campo a organização das *Ligas Camponesas*, entidades de mútua ajuda e de mobilização política democrática (COSTA, 1996) e correlatas as experiências dos *Comitês Democráticos Populares* de conteúdo predominantemente eleitoral. Como

podemos ver na Resolução da III Conferência do PCB, suas pautas de mobilização do campesinato afastavam-se da perspectiva mais geral para assumir as necessidades entendidas como imediatas dos camponeses:

“Nessa tarefa, deve o Partido, utilizando a nova e rica experiência dos trabalhos realizados no Triângulo Mineiro e em São Paulo, aplicar métodos que lhe facilitem esse trabalho, sendo indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações imediatas dos camponeses. A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses” (CARONE, 1989 – p. 69)

Somava-se a esse quadro, que o trabalho rural do partido não possuía unidade nacional, já que era realizado pelas Comissões de Campo Estaduais do PCB, atuando de maneira diversa dependendo da leitura regional que o partido fazia (COSTA, 1996).

O insucesso da intervenção comunista na Constituinte e o golpe profundo da cassação de seu registro e de seus mandatos em 1947 influíram de maneira decisiva na conversão da linha de *União Nacional*, com vistas à estabilidade do regime democrático-legal, numa linha de mobilização popular em torno de um programa insurrecional que veio a se acumular nos *Manifestos de Janeiro de 1948* e *de Agosto de 1950*, em que encontra na construção da *Frente Democrática de Libertação Nacional* o auge de construção política. “Difunde-se entre os militantes do PCB o amargo sentimento de que haviam superestimado a liberal-democracia” (KONDER, 1980).

O partido, nessa fase, analisa de maneira autocrítica sua maior participação na luta institucional, e passa a avaliar que apenas uma aliança feita “por baixo” poderia alterar o quadro de profundo *atraso* e desigualdade social. No *Manifesto de Janeiro de 1948* afirmava que a burguesia, “convertendo por completo suas instituições constitucionais”, impunha a “ditadura das classes dominantes”, desmascarando o “caráter de classe da atual ‘democracia’ brasileira” (CARONE, 1982 – p.73).

A burguesia *nacional* que anteriormente apresentava-se como uma das forças sociais interessadas na superação da condição *semi-feudal* do campo brasileiro era compreendida agora como uma força apoiadora das forças latifundiárias, o que a retirava do arco das forças democráticas. No *Informe Político* do Comitê Nacional de

1949 podemos ver apreciação interessante que irá ser centro dos debates das concepções “insurrecionais” e “politicistas” ao longo do período:

“A burguesia brasileira, devido à sua própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para uma luta contra as massas trabalhadoras. É por isso mesmo uma burguesia retrógrada, covarde e pusilânime que, não por acaso, muito se assemelha à burguesia alemã dos meados do Século XIX, igualmente formada à sombra dos restos feudais e da conservação do junker prussiano” (CARONE, 1982 – p.100).

Os termos de discussão eram os expressos pelo pensamento lenineano presentes, por exemplo, em seu *Informe sobre a atitude em relação aos partidos burgueses* de 1907 (LENIN, 2013) sobre os meios de consolidação de uma revolução *democrático-burguesa*: de tipo *prussiana* e tipo *norte-americana*. Aquela em que a resolução da *Questão Agrária* e a superação dos restos *feudais* ocorrem em detrimento dos interesses camponeses, através de uma aliança das classes latifundiárias e burguesas; e essa, em que a insurreição camponesa e o confisco e repartição das terras produz um tipo de revolução mais favorável aos camponeses e ao desenvolvimento nacional.

Visando unificar a política nacional, a propagandística principal nas folhas do jornal *Voz Operária* passa a incentivar a ação das massas camponesas em prol da tomada da terra de maneira imediata, visto que na concepção do partido, “sem a conquista da terra, nenhum direito poderia ser garantido aos trabalhadores” (MEDEIROS, 2005 – p. 102), tendo o caso da *guerrilha de Porecatu*, como exemplo emblemático do sentido político que o trabalho do partido no campo deveria tomar.

Sua guinada política, no entanto, não se produziu de maneira coerente a toda a ação do partido e ensejou contradições profundas nas diferentes esferas partidárias. Marco Aurélio Santana (2001) assim explicita essas contradições:

“Levando-se em conta passagens dos relatos citados, vemos que um dos grandes problemas do partido foi o enfrentamento de uma certa consciência sindicalista. Esse tipo de problema pode ser caracterizado por uma sobredeterminação da órbita do partido por um outro tipo de identidade, isto é, para além do fato de ser militante do partido, o trabalhador estaria envolto em outros tipos de relações que, dependendo do momento, se fariam inerentes à prática do PCB” (SANTANA, 2001 – p.78)

Lyndolpho Silva, histórico militante do PCB na questão agrária, viria anos mais tarde, em entrevista com Paulo Riberio Cunha (2004), afirmar que não havia condições

em sua ação junto aos posseiros do *sertão carioca* para a mobilização de cunho insurrecional. Leonardo Santos expressa essa dualidade na prática do partido em diferentes realidades:

“O certo é que se em algumas regiões como no nordeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Goiás, o PCB tentava implantar por meio de ações armadas de posseiros e arrendatários as ‘frentes democráticas de libertação nacional’; em regiões como a Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) e Sertão Carioca (Distrito Federal) as ações de resistência orientadas pelos comunistas eram articuladas com base nos textos legais. Aqui os posseiros se preocupavam em como articulariam a reivindicação do usucapião a partir do código civil” (SANTOS, 2012: p.11).

A inconstância na aplicação da política orientada pela direção do PCB encontra oposição da base sindical do partido, que conseguirá, através Ativo Sindical Nacional de 1952 pressionar o conjunto partidário a reformular suas teses, ao menos no âmbito sindical, o que produzirá uma inflexão gradual no programa político do partido nos anos seguintes (SANTANA, 2001). Essa mudança no programa sindical será o elemento impulsionador do trabalho rural do partido na perspectiva de constituir o movimento através das organizações civis e inserção no jogo institucional, e para isso organizando a I e a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em 1953 e 1954 respectivamente, na gênese do instrumento nacional dos comunistas para intervenção rural do PCB, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (COTAS, 1996).

O IV Congresso Nacional do PCB (1954), mesmo que fortemente controlado para a linha estratégica não fosse contestada (SANTOS, 1991), já sofrera consideravelmente a influência do Ativo Sindical de 1952. A burguesia *nacional* fora reinserida no arco de alianças (PRESTES, 2015), contestando assim a leitura que sustentava a linha insurrecional de que a burguesia *nacional* assemelhava-se aos *junkers* alemães.

O amadurecimento do trabalho do PCB no campo, realizado na formação do da ULTAB, produziu mudança significativa na leitura do PCB sobre as condições objetivas do campo brasileiro e na nacionalização destes acúmulos. Passa a figurar nos documentos do congresso e no discurso de Calil Chade⁴, responsável pelo trabalho no campo do partido, uma mais aprofundada análise da configuração das classes e setores

⁴ De acordo com Costa (1996), Calil Chade usara durante o IV Congresso o pseudônimo de Oto Santos.

de classe, juntamente com suas demandas. Diante disso, também, o que já se produzia de maneira mais clara para a cidade, se impõe a necessidade de construir uma “*amplíssima frente única no campo*” dos *camponeses ricos, médios e pobres*; excluindo apenas a minoria de *latifundiários* (MEDEIROS, 1995).

A mobilização das camadas camponesas é costurada não mais pela ação de agitação feita por quadros políticos do partido, mas através da integração do sindicalismo urbano com as massas camponesas em torno da luta por direitos e com recurso aos meios legais. Vejamos como Calil Chade expõe em seu discurso ao IV Congresso essa perspectiva:

“Com a realização destas duas conferências [I e a II CNTA], colocamo-nos no justo caminho da conquista das massas camponesas para a aliança com o proletariado. Na verdade, só é possível mobilizar e organizar as massas atrasadas e dispersas de assalariados agrícolas e camponesas, recorrendo à ajuda direta das organizações da classe operária, mobilizando-as e aos seus líderes para realizarem um amplo trabalho organizativo e de esclarecimento entre os assalariados agrícolas e os camponeses. É assim que se vai construindo praticamente a aliança entre os operários e os camponeses” (SANTOS, 1996 – p.48)

Segue no seu discurso enfatizando que as tendências *sectárias* do período anterior expressavam-se no campo numa leitura estreita frente às massas camponesas. “Trabalhamos apenas com setores restritos das massas camponesas, isto é, com aqueles setores que se encontram mais próximos ao Partido e que aceitam mais facilmente as nossas palavras de ordem. Muitas vezes substituímos nas lutas a massa pela vanguarda” (SANTOS, 1996 – p. 50).

Mesmo que o resultado do IV Congresso mantivesse em suas resoluções as perspectivas “insurrecionais” de derrubada do governo, a descaracterização dessa linha estava colocada com a revisão do papel da burguesia *nacional*, com sua reinserção no arco de alianças de uma revolução *democrático-nacional* e na revisão do trabalho junto ao campo, afastando as tendências insurrecionais referentes ao trabalho no campo, que possuía centralidade nas teses anteriores.

Da Declaração de Março de 1958 ao Congresso de BH

A tentativa de golpe que levou Vargas ao suicídio em 1954 e a crise provocada pelo *Relatório Secreto de Khrueshev* no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956, foram golpes profundos nos setores que mantinham aberta

defesa da linha insurrecional contidas no *Manifesto de Agosto* de 1950. A explosão que se deu com a abertura dos debates a respeito do XX Congresso, não se resumia apenas aos fatos transcorridos na União Soviética, mas estiveram intrinsecamente definidas pela discussão estratégica do partido e seu funcionamento interno.

Manifestaram-se diante da crise três tendências substantivas em torno da questão do debate, primeiramente quanto ao XX Congresso e posteriormente quanto à própria política e organização partidária: os *conservadores*, os *renovadores* e o *centro pragmático* (SEGATTO, s/d). Sendo os primeiros os defensores da linha insurrecional, conformados entorno dos antigos dirigentes João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e o antigo responsável pelo trabalho agrário do partido Calil Chade; o segundo grupo, defensor de propostas prioritariamente nacionalistas e antiimperialistas, agrupados em torno de Agildo Barata; e o terceiro em que se agrupava uma diversidade maior de concepções, mas que se estruturaram entorno da defesa da unidade do partido, liderada por Prestes, contando com a presença de alguns dirigentes como Giocondo Dias, Jacob Gorender, Mário Alves e Dinarco Reis, esse inclusive, que veio a ser o responsável pelo trabalho agrário do partido nesse novo período.

O grupo *renovador* será logo expulso do partido sob acusação de atividades *anti-partido*, mas cabe aqui uma apreciação de sua concepção estratégica. Ainda no interior do partido, Barata escreve seu texto *Pela Renovação e o Fortalecimento do Partido* em 1957, em que analisava que no país avança de maneira descompassada as lutas antiimperialistas e a luta camponesa, o que afastava a possibilidade de uma revolução *democrática-nacional* no país se constituir através de medidas agrárias de *caráter radical*.

“Dadas a penetração do capitalismo na agricultura, as dificuldades que o setor enfrentava com o quase monopólio de comércio exterior e as possibilidades de se encontrar melhores preços no mercado socialista para os produtos agrícolas, Barata admitia a possibilidade de setores do latifúndio participarem da frente anti-imperialista” (COSTA, 1996 – p. 47).

Tal formulação influenciará, mesmo que de maneira indireta, a formulação do que virá a ser a *nova política* contida na *Declaração de Março* de 1958, redigida pelo *centro pragmático* da direção partidária. Ambas coincidiam programaticamente a respeito do caráter da revolução brasileira. “Ambos estavam sob a influência das concepções *nacionalistas* então em voga no cenário político brasileiro” (PRESTES, 2010 – p.149). O *centro pragmático* se aproximará dessas teses *renovadoras* em meio à

disputa contra o setor *conservador* (SEGATTO, s/d). Podemos ver como na *Declaração de Março* de 1958 é caracterizada a frente única:

“Ao inimigo principal da nação brasileira se opõe, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por eles” (CARONE, 1982 – p. 185).

A adoção das teses *renovadora* aqui são parcialmente assimiladas, na medida em que, a *frente única* se expande e insere no conjunto de forças sociais progressistas “os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano”. O horizonte da Reforma Agrária inseria-se num intrincado esquema de etapas, que agora se submetia aos acordos políticos com setores de interesses conflitantes a uma reformulação radical da estrutura fundiária. A proposta de inclusão de setores do *latifúndio* no interior da *frente única* será ponto de contradições no cenário posterior. Excluía-se a ideia do confisco de terras, para privilegiar outros aspectos mais ligados à disputa político-institucionais focadas na luta por direitos trabalhistas e sociais (MEDEIROS, 1995).

A partir da *nova política* consolidava-se o caminho privilegiado de ação dos comunistas junto às massas. Passava a se considerar viável que a revolução brasileira se daria por um *caminho pacífico*, diante das conjunturas internas e externas de desenvolvimento econômico e coexistência entre as forças capitalistas e comunistas. A *Declaração de Março* possibilitará a abertura de “espaços para o PCB atuar de forma menos oculta, retomando a questão da democracia e entendendo que as reformas deveriam ser alcançadas pacificamente, combinando as ações parlamentar e extraparlamentar” (COSTA, 1996 – p.50).

Constavam nos documentos uma prioridade na organização dos proletários rurais, trabalhadores assalariados e semiassalariados do campo, na ação dos comunistas junto às massas rurais. Para essa questão, Alberto Passos Guimarães, intelectual

comunista de relevância e um dos redatores da *Declaração de Março*, em uma tribuna de debates do V Congresso Nacional do PCB (1960), diante das enormes dificuldades na organização das massas camponesas, escreve assim:

“Portanto, do ponto de vista da criação da aliança operário-camponesa, a frente da luta de classe dos assalariados e semiassalariados agrícolas (que muito frequentemente aliam à condição de assalariados à condição camponesa) tem principal preponderância sobre as demais. Por intermédio dessa frente será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo” (GUIMARÃES, 2011 – p. 103).

Seria a construção do movimento sindical no campo o meio de ligar o movimento camponês, entendido como em *atraso* frente à luta anti-imperialista, pelo autor, ao movimento democrático e nacionalista das cidades. Opera esse pensamento numa lógica da representação e na construção das superestruturas políticas, que permeavam o PCB. A construção das federações de sindicatos rurais e de associações de lavradores, a mobilização do Congresso de BH, a promoção de campanhas pela Reforma Agrária, até a corrida pela hegemonia do processo de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG tinham por objetivo a construção da superestrutura sindical que lhe possibilitaria influir na disputa política nacional. Quando definitivamente formada e reconhecida legalmente, a CONTAG será uma das quatro confederações que darão sustentação política para o reconhecimento legal da Central Geral dos Trabalhadores – CGT, dirigida pelos comunistas em aliança com os sindicalistas trabalhistas (SANTANA, 2001).

Contudo, o fato dos comunistas terem sido parcialmente derrotados com a aprovação da consigna da *Reforma Agrária Radical* no Congresso de BH evidencia um quadro complexo de ser compreendido, e que possui nas divergências internas do partido um dos elementos constitutivos desse fato histórico.

Entre uma Reforma Parcial ou Radical

O início da década de 1960 é atravessada por uma turbulência de enormes proporções no cenário político-econômico. A eleição de Jânio Quadros presidente, apoiado em bases conservadoras, com dobradinha com João Goulart, expoente do trabalhismo brasileiro constituía um quadro de enorme instabilidade institucional e de

indefinição da política do governo. A política ambígua realizada por Jânio em seus poucos meses de governo, como sua inesperada renúncia à presidência da República aumentaram essa indefinição.

Com a posse de Jango, em 1961, iniciava para os comunistas uma nova fase para a aplicação das resoluções partidárias consolidadas na *Declaração de Março* e nas Resoluções do V Congresso de 1960, mantendo o eixo *democrático-nacional* da revolução, mas voltando-se para medidas mais enérgicas de pressão, visando à recomposição do governo para a execução das reformas de base (PRESTES, 2015).

Marco Aurélio Santana afirma que:

“É evidente na atuação comunista, neste momento, a tensão entre a posição mais *reformista* e aquela mais *radical*. Uma, acreditando na continuidade da articulação com Jango; a outra, acreditando na radicalização dos movimentos dos trabalhadores. De certa maneira, as duas superestimavam, demasiadamente, suas posições e possibilidades diante dos avanços das forças conservadoras” (SANTANA, 2001 – pp. 98-99).

A primeira das divergências está clara com o racha que produzirá o PC do B. Organizado pelos setores *conservadores* derrotados tanto no pleno de 1958 e no V Congresso de 1960. Reompuseram-se enquanto uma nova organização e buscaram retomar os elementos insurrecionais que marcaram sua maior atividade na vida partidária do PCB. Porém as concepções mais *radicais* a que Santana se refere, devem ser vistas no interior da nova maioria constituída no partido.

A vitória da consigna da *Reforma Agrária Radical*, defendida pelas Ligas Camponesas ligadas a Francisco Julião é sintomática de uma contradição interna do PCB, que era maioria no Congresso de BH. Leonildes Medeiros defende a “hipótese de que entre os militantes do PCB no campo havia maiores proximidades com seus opositores das Ligas do que a literatura, que enfatiza a divergência, deixa perceber” (MEDEIROS, 1995 – p. 111).

Podemos ver expresso esse diálogo entre setores internos do PCB com as ligas na tribuna de debates de Nestor Vera, dirigente nacional da ULTAB e militante de destaque no trabalho rural do PCB, para o V Congresso. Nela Nestor expôs suas preocupações com a prioridade que ele entendia que o partido dava aos setores burgueses e latifundiário em detrimento da causa camponesa. Afirmava ser o campesinato a questão central da revolução brasileira, sendo necessário defender desde já a *Reforma Agrária Radical*, de desapropriação do latifúndio. Denuncia que as

propostas de medidas parciais eram caudatárias das concepções dos partidos burgueses que não solucionariam a concentração fundiária nem a exploração do camponesinato. (SANTOS, 1996).

Tanto a base política do partido no campo veio a se contrapor à formulação geral de ênfase no proletário rural, como os objetivos e os meios de mobilização camponesa sofrem reveses na ação política efetiva. “Muito claramente, a prática comunista demonstrava que a preocupação esteve voltada para os arrendatários e posseiros”, e isso se constituiu na medida em que “o grande choque no campo não era com os assalariados, mas sim com os pequenos proprietários, arrendatários e os posseiros” (COSTA, 1996 – pp.77-78).

O centro das divergências no Congresso de BH se deu em torno da questão da regulamentação do arrendamento e da parceria, com medidas parciais de reforma agrária, defendidas pela linha oficial do partido comunista; ou o confisco da propriedade da terra em benefício de quem efetivamente trabalha nela, pela lei ou pela marra, defendida por Julião. Sai vitoriosa a concepção defendida por Julião.

O resultado desse congresso produzirá uma reconfiguração das disputas internas do PCB. A partir da *Conferência Nacional* do PCB de 1962, o partido tem uma guinada à esquerda, assumindo que o caráter conciliatório de Jango estava atrasando as reformas estruturais transformadoras (SEGATTO, s/d). Podemos ver essa mudança referente à questão agrária no texto *Os comunistas e a situação política nacional*, publicado no jornal *Novos Rumos* em 1963:

“As massas trabalhadoras do campo não poderão ficar de braços cruzados à espera de medidas que já são inadiáveis, devendo organizar suas forças e lutar concretamente contra o monopólio da terra, negando-se a pagar a meia, o foro ou o arrendamento, não aceitando o pagamento em vales para o barracão, enfrentando com decisão os grileiros e seus capangas, organizando a ocupação dos latifúndios inexplorados” (CARONE, 1982 – p. 260).

Conclusão

A ilegalidade política que se impõe ao longo da trajetória política do PCB é estruturante de sua conformação enquanto partido. Tanto sua posição subalternizada diante dos partidos e das concepções político-ideológicas dominante da sociedade brasileira de então, como suas duas *almas*, “insurrecionais” e “politicistas” são produtos de um partido que não lhe foi permitida a inserção autônoma na dinâmica política do

Estado Moderno. Dessa maneira, “ao reforçar as características ‘intensamente elitistas’ do jogo político, a permanente ilegalidade forçava o próprio PC ao ‘entrismo’, a se elitizar para sobreviver e alcançar alguma eficácia em sua ação” (BRANDÃO, 1997 – p. 173). Com isso, o PCB não logrou agir na constituição de um verdadeiro *bloco histórico*, o *sujeito-povo*, na medida em que, apoiado na ideologia dominante, não consolidou suas ações em um processo contra-hegemônico junto aos amplos setores populares subalternos (PRESTES, 2015). Sua ação constitui-se na busca por sua inserção no cenário político nacional através da instrumentalização dos instrumentos de organização de classe (SANTANA, 2001).

O problema camponês não foi diferente. Primeiramente, em 1945, a partir de uma leitura afastada da realidade concreta em que vivia o campesinato brasileiro, o PCB buscou modificar a estrutura fundiária altamente concentrada através das emendas à nova Constituição, sem um amparo de um movimento camponeses organizado. Porém a composição da constituinte majoritariamente de latifundiário impede sua realização. A seguir, converte-se a análise do partido, com a cassação do registro e dos mandatos comunistas, numa descrença no estado e na democracia, passando o camponês a figurar como o guerrilheiro, a exemplo de Porecatu, buscando generalizar seu caso de conflito a todas as bases.

Tal formulação é progressivamente rejeitada pelas próprias contradições que estabelece no interior do partido e já acaba por ser abandonada no IV Congresso, em que pese à manutenção das palavras de ordem insurrecionais, inseria a concepção de *frente única* no campo e a luta por direitos trabalhistas e sociais como instrumentos de mobilização junto aos camponeses.

A *Declaração de Março* e sua *nova política*, produto de contradições internas, convulsionadas pelos debates abertos com a crise do XX Congresso do PCUS, insere na *frente única* os setores latifundiários, e estabelece uma concepção de Reforma Agrária que retira o confisco de terras como meta, e se foca na luta por direitos, entendendo que a etapa que estava colocada, não comportava medidas agrárias radicais, em detrimento da manutenção da *frente única*. Concepções que serão rebatidas no Congresso Camponês pelos setores *julianistas*, que possuíam apoio em setores internos do PCB, contrários a política agrária contida nas formulações da *Declaração de Março* de 1958. Porém, como indica Santana (2001), ambas as posições acabavam por superestimar por

demais suas possibilidades diante do avanço dos conservadores que se consagrara no golpe civil-militar de 1964.

Bibliografia

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do partido comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997;

CARONE, Edgard. *O PCB 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982;

COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996;

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). *O Camponês e a História: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004;

GUIMARÃES, Alberto Passos. “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro – 1960” in.: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil 1: o debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980;

LENIN, Vladimir. “Informe sobre a atitude em relação aos partidos burgueses”, in.: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da Organização Política IV: escritos de Antonio Gramsci, Ernesto Guevara, Florestan Fernandes, Friedrich Engels, Karl Marx, Mao Tse-tung, Vladimir Lenin e Vo Nguyen Giap*. São Paulo: Expressão Popular, 2013;

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995;

PRESTES, Anita Leocadio. *Os Comunistas Brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010;

_____. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015;

PRESTES, Luiz Carlos. “Proposta de Reforma Agrária da Bancada do PCB na Constituinte de 1946”, in.: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil 3: programas de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005);

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001;

SANTOS, Leonardo Soares. “Das folhas de jornal para a realidade: as lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945 – 1964)”. *Revista Convergência Crítica*. Campos dos Goytacazes: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Teoria Social (NEPETS)/UFF, vol. 1, nº 1, pp. 01-31;

SANTOS, Raimundo. “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50” in.: REIS FILHO, Daniel Aarão [et. al.]. *História do Marxismo no Brasil vol.1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991;

_____. *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996;

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954 – 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, s/d;

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982;